



O.G.E.
PS 12

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

UNIDADE: Fundação de Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 123/2016

1. Tratam os presentes autos de pedidos de acesso formulados à Fundação de Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, solicitando as Atas de Reunião do Conselho de Curadores da Fundação, realizadas nos dias 11/02/2016, 18/02/2016, 03/03/2016 e 04/03/2016 (SIC n. [REDACTED]), bem como os áudios das respectivas Reuniões (SIC n. [REDACTED]).
2. Primeiramente, importa esclarecer que o julgamento conjunto dos dois pedidos de acesso se fundamenta no fato de serem solicitações diretamente relacionadas quanto ao objeto do pedido: cópia das Atas das Reuniões especificadas e áudio das mesmas reuniões.
3. Diante do silêncio em ambos os pedidos, sobrevieram recursos cabíveis a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a sanar a supressão de instância (fls.5/6), a demandada manteve-se inerte.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII,¹ assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública.
5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber pedidos de informação, mas também em respondê-los, em todas as instâncias previstas na legislação vigente, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.

¹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

OGE
13

6. Assim, imprescindível que a FUNDAP se manifeste quanto à demanda de informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes e de domínio público, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas, assim o fazendo de acordo com os ditames normativos pertinentes (*Lei Federal 12.527/2011, Decreto Estadual 52.058/2012 e Decreto Estadual 61.836/2016.*)
7. No caso em tela, o acesso às informações requeridas, em ambos os Protocolos, parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado qualquer argumento capaz de excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.
8. Importa destacar que, não obstante o advento do Decreto 61.866/2016, aprovando a extinção da FUNDAP, a mesma ainda não foi realizada, razão pela qual compete à Fundação o atendimento das demandas registradas junto ao Sistema de Informações ao Cidadão (fls.10/11).
9. Pelo exposto, ante a falta de atendimento ao pedido sem qualquer justificativa, **conheço e dou provimento aos recursos**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do seu § 2º, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 2 de maio de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

fprm